



SUMÁRIO

1

PRINCÍPIOS E FONTES FORMAIS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1.1.	Direito Processual do Trabalho – Evolução no Brasil.....	26
1.2.	Direito Processual do Trabalho – Conceito e Autonomia.....	29
1.3.	Eficácia da Lei Processual Trabalhista no Tempo e no Espaço.....	31
1.3.1.	Eficácia da lei processual trabalhista no tempo.....	31
1.3.2.	Eficácia da lei processual trabalhista no espaço.....	34
1.4.	Princípios Constitucionais Aplicáveis ao Processo do Trabalho.....	34
1.4.1.	Princípio do devido processo legal.....	35
1.4.2.	Princípio da dignidade da pessoa humana.....	35
1.4.3.	Princípio do contraditório.....	36
1.4.4.	Princípio da ampla defesa.....	40
1.4.5.	Princípio da duração razoável do processo.....	40
1.4.6.	Princípio da primazia da decisão de mérito.....	41
1.4.7.	Princípio da igualdade.....	43
1.4.8.	Princípio da boa-fé processual.....	44
1.4.9.	Princípio da cooperação.....	45
1.4.10.	Princípio do respeito ao autorregramento da vontade das partes.....	47
1.4.11.	Princípio do juiz natural.....	48
1.4.12.	Princípio da motivação das decisões.....	50
1.4.13.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	50
1.4.14.	Princípio da inafastabilidade de jurisdição.....	53
1.5.	Princípios Comuns ao Direito Processual Civil e ao Direito Processual do Trabalho que não Consustanciam Normas Fundamentais.....	53
1.5.1.	Princípio da aplicação subsidiária da legislação processual comum ao Pro- cesso do Trabalho.....	53
1.5.2.	Princípio da concentração dos atos processuais.....	56
1.5.3.	Princípio da oralidade.....	57
1.5.4.	Princípio da identidade física do juiz.....	57
1.5.5.	Princípio da imediatidade ou imediação.....	58
1.5.6.	Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	59
1.5.7.	Princípio da imparcialidade do juiz.....	60
1.5.8.	Princípio da conciliação.....	60

1.5.9.	Princípio do <i>jus postulandi</i> da parte	61
1.5.10.	Princípio da lealdade processual.....	63
1.5.11.	Princípio da eventualidade.....	63
1.5.12.	Princípio da preclusão e da preempção	64
1.5.13.	Princípio da impugnação especificada.....	65
1.5.14.	Princípio da proteção	66
1.5.15.	Princípio da busca da verdade real	67
1.5.16.	Princípio da normatização coletiva	67
1.5.17.	Princípio da extrapetição	68
1.5.18.	Princípio da <i>non reformatio in pejus</i>	69
1.5.19.	Princípio da instrumentalidade ou da finalidade.....	70
1.5.20.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	70
1.5.21.	Princípio da estabilidade da lide	71
1.6.	Regras.....	72
1.6.1.	Instauração do processo por iniciativa da parte.....	72
1.6.2.	Desenvolvimento do processo por impulso oficial.....	73
1.6.3.	Obediência à ordem cronológica de conclusão.....	74
1.7.	Fontes Formais do Direito Processual do Trabalho	78
1.8.	Resumo da Matéria.....	79

2

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO, COMPETÊNCIA

2.1.	Organização da Justiça do Trabalho	89
2.1.1.	Introdução	89
2.1.2.	Tribunal Superior do Trabalho	90
2.1.3.	Tribunais Regionais do Trabalho	92
2.1.4.	Juízes do trabalho.....	94
2.1.5.	Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	95
2.1.6.	Juízo 100% digital	97
2.2.	Competência da Justiça do Trabalho.....	98
2.2.1.	Jurisdição e competência.....	98
2.2.2.	Competência em razão da matéria e da pessoa.....	99
2.2.2.1.	Ações oriundas da relação de trabalho	100
2.2.2.2.	Entes de direito público externo.....	110
2.2.2.3.	Servidores da administração pública	114
2.2.2.4.	Ações que envolvam o exercício do direito de greve.....	122
2.2.2.5.	Ações sobre representação sindical	126
2.2.2.6.	Mandado de segurança, habeas corpus e habeas data	128
2.2.2.7.	Conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista ..	131
2.2.2.8.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial.....	137

2.2.2.9.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho	142
2.2.2.10.	Execução de ofício das contribuições sociais	143
2.2.2.11.	Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho	148
2.2.2.12.	Lides envolvendo o cadastramento do empregado no PIS/PASEP	148
2.2.2.13.	Lides decorrentes da não concessão das guias do seguro-de-emprego.....	149
2.2.2.14.	Quadro de carreira	150
2.2.2.15.	Poder normativo.....	150
2.2.2.16.	Ações que versam sobre descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.....	150
2.2.2.17.	Servidores de cartórios extrajudiciais	151
2.2.2.18.	Homologação de acordo extrajudicial.....	152
2.2.3.	Competência funcional	153
2.2.3.1.	Competência das Varas do Trabalho	153
2.2.3.2.	Competência dos TRTs	155
2.2.3.3.	Competência do TST.....	156
2.2.4.	Competência territorial das Varas do Trabalho.....	159
2.2.5.	Foro de eleição	166
2.2.6.	Modificação de competência.....	166
2.3.	Resumo da Matéria.....	168

3

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

3.1.	Ministério Público	179
3.1.1.	Origem	179
3.1.2.	Perfil constitucional.....	180
3.1.3.	Princípios institucionais.....	181
3.1.4.	Princípio do promotor natural	181
3.1.5.	Dos instrumentos de atuação	182
3.1.6.	Autonomia funcional, administrativa, financeira, iniciativa legislativa e elaboração de proposta orçamentária	185
3.1.7.	Procurador-Geral da República – requisitos para investidura e procedimentos para destituição	186
3.1.8.	Garantias, prerrogativas e vedações aos membros	187
3.1.8.1.	Garantias.....	187
3.1.8.2.	Prerrogativas	188
3.1.8.3.	Vedações	190
3.1.9.	Funções institucionais do Ministério Público	192
3.1.10.	Estrutura e abrangência	193

3.2.	Ministério Público do Trabalho	194
3.2.1.	Evolução	194
3.2.2.	Órgãos e atribuições do Ministério Público do Trabalho	196
3.2.3.	Atuação judicial: previsão legal, atuação como órgão agente e interveniente...198	
3.2.3.1.	Previsão legal.....	198
3.2.3.2.	Atuação como órgão agente.....	199
3.2.3.3.	Atuação como órgão interveniente	200
3.2.4.	Atuação extrajudicial	202
3.3.	A EC 45/2004 e seus Reflexos na Atuação do Ministério Público do Trabalho.....	203
3.4.	Resumo da Matéria.....	206

4

ATOS, TERMOS, PRAZOS E NULIDADES PROCESSUAIS

4.1.	Atos Processuais	215
4.1.1.	Conceito.....	215
4.1.2.	Classificação.....	216
4.1.3.	Negociação processual.....	218
4.1.4.	Comunicação dos atos	220
4.1.5.	Publicidade	226
4.1.6.	Ato processual por fac-símile.....	227
4.1.7.	Informatização do processo judicial	227
4.1.7.1.	Do acesso.....	228
4.1.7.2.	Da disponibilidade do sistema	230
4.1.7.3.	Petições e documentos	231
4.1.7.4.	Atos processuais.....	232
4.1.7.5.	Contagem dos prazos processuais.....	234
4.2.	Termos Processuais	234
4.3.	Prazos Processuais	235
4.3.1.	Classificação.....	235
4.3.2.	Contagem dos prazos.....	236
4.3.3.	Principais prazos trabalhistas.....	242
4.4.	Nulidades Processuais	245
4.4.1.	Introdução	245
4.4.2.	Vícios dos atos processuais.....	246
4.4.3.	Princípios	247
4.5.	Resumo da Matéria.....	252

5

PARTES E PROCURADORES

5.1.	Partes	267
5.1.1.	Conceito, denominação e capacidade	267
5.1.1.1.	Conceito.....	267
5.1.1.2.	Denominação	269
5.1.1.3.	Capacidade	269
5.1.1.4.	Jus postulandi	275
5.1.1.5.	Representação e assistência	276
5.2.	Procuradores.....	279
5.3.	Justiça GRATUITA.....	285
5.3.1.	Beneficiários da justiça gratuita.....	285
5.3.2.	Abrangência do benefício da justiça gratuita	287
5.3.3.	Não extensão do benefício da justiça gratuita	289
5.3.4.	Modulação da concessão dos benefícios justiça gratuita	289
5.3.5.	Requerimento da gratuidade da justiça gratuita.....	290
5.3.6.	Impugnação ao pedido da justiça gratuita	291
5.3.7.	Recurso	292
5.4.	Assistência Judiciária GRatuita	292
5.5.	Substituição Processual	294
5.6.	Sucessão das Partes e dos Procuradores	300
5.7.	Deveres das Partes e de seus Procuradores	302
5.8.	Litigância de Má-fé	305
5.9.	Honorários de Advogado.....	306
5.10.	ASSÉDIO PROCESSUAL.....	312
5.11.	Litisconsórcio	313
5.11.1.	Conceito.....	313
5.11.2.	Classificação.....	314
5.11.3.	Consequências e procedimentos.....	317
5.12.	Intervenção de Terceiros.....	318
5.12.1.	Conceito.....	318
5.12.2.	Modalidades.....	319
5.12.2.1.	Assistência	319
5.12.2.2.	Denúnciação da lide	323
5.12.2.3.	Chamamento ao processo	328
5.12.2.4.	Desconsideração da personalidade jurídica	332
5.12.2.5.	Amicus curiae	336
5.13.	Resumo da Matéria.....	338

6

AÇÃO TRABALHISTA

6.1.	Conceito e Características	355
6.2.	condições da ação e o atual código de processo civil.....	358
6.3.	Elementos da Ação	359
6.3.1.	Considerações gerais.....	359
6.3.2.	Partes.....	360
6.3.3.	Causa de pedir.....	360
6.3.4.	Pedido.....	361
6.3.4.1.	Pedido imediato e mediato.....	361
6.3.4.2.	Pedido certo, determinado e líquido.....	362
6.3.4.3.	Pedidos implícitos.....	364
6.3.4.4.	Cumulação de pedidos.....	366
6.3.4.5.	Pedidos alternativos.....	369
6.4.	Pressupostos Processuais.....	369
6.4.1.	Pressupostos processuais de constituição.....	370
6.4.2.	Pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo	370
6.4.3.	Legitimidade ad causam e interesse processual	372
6.4.3.1.	Legitimidade das partes	372
6.4.3.2.	Interesse processual.....	373
6.5.	Resumo da Matéria.....	374

7

DISSÍDIO INDIVIDUAL

7.1.	Procedimento Comum.....	380
7.1.1.	Postulação do autor	380
7.1.1.1.	Reclamação verbal ou escrita	380
7.1.1.2.	Requisitos da petição inicial trabalhista.....	380
7.1.1.3.	Outros requisitos da petição inicial.....	382
7.1.1.4.	Petição inicial no PJe-JT.....	383
7.1.1.5.	Aditamento da petição inicial	383
7.1.1.6.	Emenda e indeferimento da petição inicial.....	386
7.1.1.7.	Desistência da ação.....	388
7.1.2.	Atos intermediários de órgãos auxiliares da Justiça.....	388
7.1.3.	Resposta do réu.....	390
7.1.3.1.	Espécies	390
7.1.3.2.	Contestação.....	391
7.1.3.2.1.	Conceito e princípios da impugnação especificada e eventualidade	391

7.1.3.2.2.	Revelia.....	393
7.1.3.2.3.	Defesa processual.....	396
7.1.3.2.4.	Defesa de mérito.....	397
7.1.3.2.5.	Compensação, dedução e retenção.....	398
7.1.3.2.6.	Prescrição.....	401
7.1.3.2.7.	Decadência.....	414
7.1.3.3.	Exceção.....	415
7.1.3.3.1.	Generalidades.....	415
7.1.3.3.2.	Exceção de incompetência.....	416
7.1.3.3.3.	Exceções de suspeição e impedimento.....	418
7.1.3.4.	Reconvenção.....	422
7.1.3.4.1.	Conceito e natureza jurídica.....	422
7.1.3.4.2.	Requisitos específicos da reconvenção.....	423
7.1.3.4.3.	Reconvenção e ações dúplices.....	424
7.1.3.4.4.	Reconvenção e compensação.....	425
7.1.3.4.5.	A defesa na reconvenção.....	426
7.1.3.4.6.	Ação e reconvenção – sentença.....	426
7.1.3.4.7.	Reconvenção e execução.....	426
7.1.3.5.	Impugnação ao valor da causa.....	428
7.1.4.	Provas.....	429
7.1.4.1.	Conceito.....	429
7.1.4.2.	Princípios.....	430
7.1.4.3.	Objeto da prova.....	433
7.1.4.4.	Ônus da prova.....	435
7.1.4.4.1.	Distribuição do ônus da prova no Processo do Trabalho.....	437
7.1.4.4.2.	Súmulas e OJs do TST sobre a Distribuição do Ônus da Prova.....	441
7.1.4.5.	Prova do fato negativo.....	443
7.1.4.6.	Finalidade da prova.....	443
7.1.4.7.	Valoração da prova.....	443
7.1.4.8.	Produção antecipada de prova.....	445
7.1.4.9.	Meios de prova.....	446
7.1.4.9.1.	Depoimento pessoal e interrogatório.....	447
7.1.4.9.1.1.	Diferenciação.....	447
7.1.4.9.1.2.	Confissão.....	448
7.1.4.9.2.	Testemunhas.....	453
7.1.4.9.2.1.	Conceito.....	453
7.1.4.9.2.2.	Obrigação de testemunhar.....	454
7.1.4.9.2.3.	Espécies de testemunhas.....	454
7.1.4.9.2.4.	Incapacidade, suspeição e impedimento de testemunha.....	455

	7.1.4.9.2.5.	Limite legal do número de testemunhas	460
	7.1.4.9.2.6.	Procedimentos na inquirição de testemunhas.....	463
	7.1.4.9.3.	Documentos	467
	7.1.4.9.3.1.	Conceito e generalidades.....	467
	7.1.4.9.3.2.	Classificação	471
	7.1.4.9.3.3.	Momento da apresentação dos documentos.....	471
	7.1.4.9.3.4.	Falsidade documental	474
	7.1.4.9.3.5.	Exibição de documentos	475
	7.1.4.9.4.	Perícia	476
	7.1.4.9.5.	Inspeção judicial	482
	7.1.4.9.6.	Prova emprestada	483
7.1.5.	Audiência		489
	7.1.5.1.	Generalidades.....	489
	7.1.5.2.	Audiência de conciliação e mediação	492
	7.1.5.3.	Fracionamento da audiência.....	492
	7.1.5.4.	Abertura.....	494
	7.1.5.5.	Primeira tentativa de conciliação.....	497
	7.1.5.6.	Postulação do réu.....	497
	7.1.5.7.	Instrução probatória	498
	7.1.5.8.	Razões finais	499
	7.1.5.9.	Segunda tentativa de conciliação	500
7.1.6.	Sentença e coisa julgada		501
	7.1.6.1.	Sentença	501
	7.1.6.1.1.	Conceito.....	501
	7.1.6.1.2.	Classificação.....	501
	7.1.6.1.3.	Ordem cronológica da conclusão.....	504
	7.1.6.1.4.	Requisitos essenciais da sentença	508
	7.1.6.1.4.1.	Introdução	508
	7.1.6.1.4.2.	Relatório	510
	7.1.6.1.4.3.	Motivação.....	511
	7.1.6.1.4.4.	Parte dispositiva	513
	7.1.6.1.5.	Requisitos complementares.....	515
	7.1.6.1.6.	Julgamento <i>citra</i> , <i>ultra</i> e <i>extra petita</i>	515
	7.1.6.1.7.	Sentença de improcedência liminar do pedido.....	520
	7.1.6.1.8.	Julgamento Antecipado Parcial do Mérito.	521
	7.1.6.2.	Coisa julgada.....	522
	7.1.6.2.1.	Conceito.....	522
	7.1.6.2.2.	Coisa julgada formal e material.....	523
	7.1.6.2.3.	Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	525

	7.1.6.2.4.	Coisa julgada nas ações coletivas.....	527
	7.1.6.2.5.	Efeitos da coisa julgada criminal no processo tra- balhista	527
7.2.		Procedimento Sumaríssimo.....	529
7.3.		Procedimento Sumário.....	533
7.4.		Comissões de Conciliação Prévia.....	533
7.5.		Resumo da Matéria.....	537

8

RECURSOS TRABALHISTAS

8.1.		Conceito e Natureza Jurídica.....	571
8.2.		Classificação.....	572
8.3.		Princípios Recursais	573
	8.3.1.	Duplo grau de jurisdição	573
	8.3.2.	Princípio da unirrecorribilidade	573
	8.3.3.	Princípio da fungibilidade ou conversibilidade.....	574
	8.3.4.	Princípio da voluntariedade	576
	8.3.5.	Princípio da proibição da reformatio in pejus	577
	8.3.6.	Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	578
	8.3.7.	Princípio da dialeticidade	579
8.4.		Peculiaridades Recursais.....	579
	8.4.1	Uniformidade de prazo para recurso.....	579
	8.4.2.	Instância única nos dissídios de alçada.....	581
8.5.		Efeitos dos Recursos.....	583
	8.5.1.	Devolutivo.....	583
	8.5.2.	Suspensivo.....	584
	8.5.3.	Translativo	585
	8.5.4.	Substitutivo.....	586
	8.5.5.	Extensivo.....	587
	8.5.6.	Regressivo.....	587
8.6.		Juízos de Admissibilidade	588
8.7.		Pressupostos Recursais Objetivos e Subjetivos.....	591
	8.7.1.	Objetivos.....	591
	8.7.2.	Subjetivos	609
8.8.		Recursos em Espécies.....	611
	8.8.1.	Recurso ordinário	611
	8.8.2.	Embargos de declaração	617
	8.8.3.	Agravo de petição.....	622
	8.8.4.	Agravo de instrumento	625
	8.8.5.	Recurso de revista	628

8.8.5.1.	Natureza do recurso de revista.....	628
8.8.5.2.	Hipóteses de cabimento	629
8.8.5.2.1.	Hipóteses específicas de cabimento do recurso de revista	630
8.8.5.3.	Prequestionamento.....	635
8.8.5.4.	Transcendência	636
8.8.5.5.	Recursos repetitivos	637
8.8.5.5.1.	Requisitos	637
8.8.5.5.2.	Proposta de afetação.....	638
8.8.5.5.3.	Processamento	638
8.8.5.5.4.	Julgamento.....	640
8.8.5.5.5.	Questão constitucional.....	641
8.8.5.6.	Nulidade por negativa de prestação jurisdicional	642
8.8.6.	Agravo interno e agravo regimental	643
8.8.7.	Embargos.....	646
8.8.8.	Recurso adesivo.....	650
8.8.9.	Recurso extraordinário.....	654
8.8.10.	Pedido de revisão	659
8.9.	Incidente de Assunção de Competência	660
8.10.	Incidente de Resolução De Demandas Repetitivas.....	660
8.11.	Reclamação Correicional	663
8.12.	Resumo da Matéria.....	664

9

EXECUÇÃO TRABALHISTA

9.1.	Introdução.....	680
9.2.	Princípios Informativos	682
9.3.	Legitimidade.....	686
9.3.1.	Ativa	686
9.3.2.	Passiva	687
9.3.3.	Sucessão de empregadores	688
9.3.4.	Desconsideração da personalidade jurídica do executado	690
9.4.	Responsabilidade patrimonial do devedor	695
9.5.	Ato atentatório à Dignidade da Justiça, Fraude à Execução e fraude contra credores.....	696
9.6.	Títulos Executivos Trabalhistas Judiciais e Extrajudiciais	699
9.7.	Execução Provisória e Definitiva.....	701
9.7.1.	Execução provisória.....	701
9.7.1.1.	Conceito.....	701
9.7.1.2.	Requisitos para instrução.....	701
9.7.1.3.	Embargos à penhora e agravo de petição na execução provisória....	702

9.7.1.4.	Aplicação dos arts. 520, 521 e 522 do CPC.....	702
9.7.1.5.	Sentença pendente de recurso extraordinário e execução provisória.....	702
9.7.1.6.	Penhora de dinheiro em execução provisória.....	703
9.7.1.7.	Execução provisória de obrigação de fazer.....	704
9.7.2.	Execução definitiva.....	705
9.8.	Liquidação da Sentença.....	706
9.8.1.	Introdução.....	706
9.8.2.	Modalidades.....	707
9.8.2.1.	Liquidação por cálculo.....	708
9.8.2.2.	Liquidação por arbitramento.....	713
9.8.2.3.	Liquidação pelo procedimento comum.....	715
9.8.2.4.	Impugnação à sentença de liquidação.....	716
9.8.2.5.	Natureza jurídica da sentença de liquidação.....	717
9.9.	Execução por Quantia certa Contra Devedor Solvente – Processamento.....	718
9.9.1.	Citação, pagamento, depósito para apresentação de embargos.....	718
9.9.2.	Nomeação de bens à penhora.....	720
9.9.3.	Penhora.....	722
9.9.3.1.	Introdução.....	722
9.9.3.2.	Resistência à penhora.....	724
9.9.3.3.	Bens impenhoráveis.....	724
9.9.3.4.	Penhora on-line.....	729
9.9.3.5.	Penhora na renda.....	731
9.9.3.6.	Penhora de imóvel.....	732
9.9.3.7.	Penhora em estabelecimento comercial.....	733
9.9.3.8.	Penhora de navios e aeronaves.....	734
9.9.3.9.	Execução por carta.....	734
9.9.4.	Embargos à execução.....	735
9.9.4.1.	Natureza jurídica.....	735
9.9.4.2.	Matéria arguível.....	735
9.9.4.3.	Prazo e procedimento.....	737
9.9.4.4.	Embargos à penhora.....	738
9.9.5.	Exceção de pré-executividade.....	739
9.9.6.	Prescrição intercorrente.....	741
9.9.7.	Embargos de terceiros.....	743
9.9.8.	Avaliação, leilão, arrematação, adjudicação, remição, suspensão e extinção da execução e alienação por iniciativa do particular.....	746
9.9.8.1.	Avaliação.....	746
9.9.8.2.	Leilão.....	747
9.9.8.3.	Arrematação.....	749
9.9.8.4.	Adjudicação.....	753

9.9.8.5.	Remição	756
9.9.8.6.	Suspensão e extinção da execução	756
9.9.8.7.	Alienação por iniciativa particular	759
9.10.	Execução contra Empresas em Liquidação Extrajudicial	760
9.11.	Execução contra a Massa Falida	761
9.12.	Execução por Prestações Sucessivas	765
9.13.	Execução de Contribuição Previdenciária	766
9.14.	Execução contra a Fazenda Pública	775
9.14.1.	Introdução	775
9.14.2.	Prazo para oferecimento de embargos	776
9.14.3.	Precatório	777
9.14.4.	Débitos de pequeno valor	784
9.14.5.	Moratória	786
9.14.6.	Regime especial de liquidação dos precatórios – Art. 97 do ADCT	787
9.15.	Execução para Entrega de coisa Certa ou Incerta	792
9.16.	Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer	795
9.17.	Prioridade de Tramitação dos Processos – Idoso	799
9.18.	Da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	800
9.19.	Hipoteca judiciária, protesto de decisão judicial e inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes	801
9.19.1.	Hipoteca Judiciária	802
9.19.2.	Protesto Judicial	802
9.19.3.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes	803
9.20.	Resumo da Matéria	803

10

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

10.1.	Ação Rescisória	821
10.1.1.	Conceito e cabimento	821
10.1.2.	Requisitos	828
10.1.3.	Competência	830
10.1.4.	Legitimidade	831
10.1.5.	Juízo rescindente e rescisório	834
10.1.6.	Hipóteses de cabimento	835
10.1.7.	Petição inicial	847
10.1.8.	Processamento	848
10.1.9.	Prazo	849
10.1.10.	Recurso	851
10.2.	Mandado de Segurança	852
10.2.1.	Breve histórico	852
10.2.2.	Conceito e natureza jurídica	853

10.2.3.	Competência	854
10.2.4.	Condições específicas e hipóteses de cabimento	856
10.2.5.	Não cabimento	857
10.2.6.	Processamento	858
10.2.7.	Mandado de segurança coletivo	862
10.2.8.	Súmulas e orientações jurisprudenciais correlatas	864
10.3.	Ação Civil Pública	868
10.3.1.	Conceito	868
10.3.2.	Cabimento na Justiça do Trabalho	870
10.3.3.	Proteção dos interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogê- neos	872
10.3.4.	Competência material e territorial	876
10.3.5.	Legitimidade do Ministério Público do Trabalho	877
10.3.6.	Outros legitimados e litisconsórcio	883
10.3.7.	Objeto	884
10.3.8.	Dano moral coletivo	886
10.3.9.	Tutela preventiva	895
10.3.10.	Inquérito civil	895
10.3.11.	Prescrição	912
10.3.12.	Coisa julgada e litispendência	914
10.3.13.	Ação civil coletiva	924
10.3.14.	Procedimentos específicos para a tutela dos direitos individuais homogêneos ..	928
10.3.15.	Despesas processuais	928
10.3.16.	Controle de constitucionalidade em ação civil pública	929
10.4.	Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais	930
10.5.	Tutelas Provisórias de Urgência e Evidência	933
10.5.1.	Tutelas de urgência e evidência	933
10.5.1.1.	Espécies de tutelas de urgência	933
10.5.1.1.1.	Tutela de urgência antecipada	934
10.5.1.1.2.	Tutela de urgência cautelar	935
10.5.1.2.	Tutela de evidência	936
10.6.	Inquérito para Apuração de Falta Grave	937
10.6.1.	Conceito e hipóteses de cabimento	937
10.6.2.	Procedimento	939
10.6.3.	Prazo para ajuizamento	940
10.6.4.	Efeitos da sentença	942
10.7.	Ação de Consignação em Pagamento	943
10.7.1.	Considerações gerais	943
10.7.2.	Modalidades	945
10.7.2.1.	Consignação extrajudicial	945
10.7.2.2.	Consignação judicial	948

10.8.	Ação Monitória	952
10.8.1.	Conceito.....	952
10.8.2.	Natureza jurídica	953
10.8.3.	Cabimento no Processo do Trabalho.....	954
10.8.4.	Procedimento	956
10.8.5.	Cabimento em relação à Fazenda Pública	957
10.9.	Habeas Corpus	959
10.10.	Habilitação Incidente.....	962
10.11.	Ação de Exigir Contas.....	964
10.12.	Ações Possessórias	967
10.12.1.	Considerações iniciais.....	967
10.12.2.	Cabimento na Justiça do Trabalho	967
10.12.3.	Procedimento – bens móveis.....	968
10.12.4.	Procedimento – bens imóveis.....	969
10.13.	Resumo da Matéria.....	970

11

DISSÍDIO COLETIVO

11.1.	Dissídio Coletivo.....	995
11.1.1.	Conceito.....	995
11.1.2.	Poder normativo.....	997
11.1.3.	Cabimento	1002
11.1.4.	Classificação.....	1005
11.1.5.	Partes e iniciativa.....	1007
11.1.6.	Competência de julgamento.....	1010
11.1.7.	Procedimento	1011
11.1.8.	Cláusulas constantes no dissídio coletivo	1014
11.2.	Sentença Normativa	1015
11.2.1.	Conceito e natureza	1015
11.2.2.	Início da vigência	1015
11.2.3.	Prazo	1015
11.2.4.	Efeitos e coisa julgada	1016
11.2.5.	Recursos – efeitos	1017
11.2.6.	Extensão	1018
11.2.7.	Revisão.....	1018
11.2.8.	Ação de cumprimento.....	1019
11.3.	Dissídio Coletivo no Serviço Público	1020
11.4.	Resumo da Matéria.....	1023

BIBLIOGRAFIA 1031

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO..... 1035